ACÓRDÃO DA 2ª CAMARA	:	**AC02-G.MJMS-821/2014**
PROCESSO TC/MS	:	TC/452/2013
PROTOCOLO	:	1390788
ÓRGÃO	:	AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RESPONSÁVEL	:	MIRIAM APARECIDA PAULATTI
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	DIRETORA PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO DE OBRA - N° 19/2012
RELATORA	:	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

I – EMENTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBRA DE INFRAESTRU-TURA URBANA. DRE-NAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E FORMALIZA-ÇÃO CON-TRATUAL. LEGALIDADE E REGULARIDADE.

É regular e legal a contratação de obra pública de infraestrutura para drenagem de águas pluviais estando o procedimento licitatório e a formalização contratual em conformidade com a legislação de regência.

559.834,55 (quinhentos e cinquenta e nove mil oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Aprecia-se, neste momento, o procedimento licitatório 1ª (fase) e a formalização contratual (2ª fase).

Em sede de Análise Processual – ANA-DEAMA-8528/2014 (peça 25), a Equipe Técnica da DEAMA constatou que a documentação juntada aos autos, tempestivamente, encontra-se em conformidade como os Estatutos Legais que regem a matéria, em especial a Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93.

Diante disso, a Equipe Técnica opinou:

II – RELATÓRIO DA MATÉRIA

Cuida-se de Contratação Pública (Contrato de Obra nº 19/2012), pela modalidade de Tomada de Preços nº 006/2012, celebrado entre a ***Agência de Habitação Popu-***

lar do Estado de Mato Grosso do Sul *e a empresa* ***RHD Construções e Comércio LTDA.***, cujo objeto é a realização de obras de infraestrutura urbana no Bairro Vila Juquita, no Município de Maracajú/MS, compreendendo: drenagem de águas pluviais na Rua João Rocha, com valor contratual no montante de R$ 559.834,55 (quinhentos e cinquenta e nove mil oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Aprecia-se, neste momento, o procedimento licitatório 1ª (fase) e a formalização contratual (2ª fase).

Em sede de Análise Processual – ANA-DEAMA-8528/2014 (peça 25), a Equipe Técnica da DEAMA constatou que a documentação juntada aos autos, tempestivamente, encontra-se em conformidade como os Estatutos Legais que regem a matéria, em especial a Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93.

Diante disso, a Equipe Técnica opinou:

"Pela ***REGULARIDADE*** *do presente processo no que se refere à Primeira Fase: procedimento licitatório e a Segunda Fase: Formalização Contratual, na forma do inciso I e II do art. 120, da RESOLUÇÃO NORMATIVA TCE/MS N° 076/2013 (...)."*

Encaminhado os Autos ao Ministério Público de Contas, este emitiu o Parecer PAR-MPC -GAB.6 DR.TMV -9280/2014 (peça 26), opinando pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização do instrumento de contrato, por estarem em conformidade com a legislação pertinente.

III – DO VOTO

Extrai-se dos autos que tanto o Corpo Técnico quanto o representante do *"parquet"* de Contas foram unânimes em reconhecer a legalidade e regularidade da 1ª e 2ª fases da contratação pública.

De fato, vislumbro que os documentos encaminhados a esta Corte de Contas demonstram que a contratação pública encontra-se em conformidade com a legislação de regência, em especial a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tanto no tocante ao procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços nº 006/2012 quanto à formalização do Contrato nº 19/2012.

Do mesmo modo, verifico que, até o presente momento, foram cumpridas as exigências regimentais e regulamentares quanto à remessa e tempestividade dos documentos juntados aos autos.

IV – A DECISÃO

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, na 17ª Sessão Ordinária da **2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul**, proferida no dia 4 de novembro de 2014, em conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **ACORDAM,** os Senhores Conselheiros, nos termos do relatório e voto da Conselheira Relatora em:

1) Declarar a ***regularidade*** e a ***legalidade*** do procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 006/2012 e da formalização do Contrato nº 19/2012, nos termos do art. 120, inciso I, alínea “a” e inciso II do mesmo dispositivo, ambos da Resolução Normativa nº 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS);

2) Determino a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais, observando-se que, após, devem os autos serem encaminhados à inspetoria competente para análise da execução contratual (3ª fase).

V - Presidiu a Sessão a Excelentíssima Senhora Conselheira Marisa Joaquina Monteiro Serrano. Participaram do julgamento, Excelentíssimo Senhor Conselheiro Iran Coelho das Neves e Conselheira-Substituta Patrícia Sarmento dos Santos. Presente o Representante do Ministério Público de Contas Excelentíssimo Senhor Procurador de Contas Dr. Terto de Moraes Valente.

Campo Grande – MS, 3 de dezembro de 2014.

Conselheira Marisa Serrano
Relatora

mmm